



SENADO FEDERAL

## Comissão de Educação e Cultura

34ª Reunião, conjunta com CCT – 19/6/2024

### Resumo da Audiência Pública Interativa

**Finalidade:** Debater os desafios e perspectivas para a atual situação do financiamento das Universidades Federais, programas de pós-graduação e o fomento à pesquisa no Brasil.

**Requerimentos relacionados:** REQ 5/2024 - CCT (Senador Astronauta Marcos Pontes – PL/SP, Senadora Damares Alves – REPUBLICANOS/DF), REQ 28/2024 - CE (Senador Astronauta Marcos Pontes – PL/SP, Senadora Damares Alves – REPUBLICANOS/DF), e REQ 39/2024 - CE (Senadora Leila Barros – PDT/DF).

**Participantes:** Fábio Guedes Gomes, secretário executivo da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento – ICTP.Br; Helena Bonciani Nader, presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC); Tania Mara Francisco, diretora de desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Educação Superior (MEC); Olival Freire Junior, diretor científico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Antonio Gomes de Souza Filho, diretor de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Claudia Xavier, vice-presidente do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (FOPROP); José Geraldo Ticianeli, reitor da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

**Fábio Guedes Gomes, secretário executivo da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento – ICTP.Br**

#### Principais tópicos abordados pelo convidado:

✓ As duas principais fontes de financiamento federais de ciência, tecnologia e inovação são o orçamento da União e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). A situação de ambos se encontra aquém do necessário para enfrentar o desafio do século XXI e a competitividade internacional, apesar dos avanços alcançados nos últimos anos, principalmente em 2023 e 2024.

✓ Os valores são insuficientes para recuperar o cenário de primavera da ciência brasileira, entre os anos de 2008 e 2015. Nesse período, o Ministério da Ciência e Tecnologia contou com mais de R\$15 bilhões por ano em seu orçamento, e o FNDCT executou praticamente a plenitude dos seus recursos, uma média de R\$5,5 bilhões por ano.

✓ Tanto as fontes de financiamento, quanto o modelo de financiamento da ciência, tecnologia e inovação brasileiros estão em crise e precisam ser repensados.



## SENADO FEDERAL

✓ O orçamento do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) – e, consequentemente, o do CNPq – se encontra limitado pelas regras fiscais propostas pelo Poder Executivo e aprovadas pelo Congresso Nacional. No momento, esse orçamento (de cerca de R\$3 bilhões) é insuficiente para manter a administração direta e o pagamento de bolsas do CNPq. Assim, o MCTI e o CNPq dependem de recursos do FNDCT para a execução de problemas estratégicos e não ordinários.

✓ Exaltou o respeito do governo à Lei Complementar 177/2021 que veda o contingenciamento do FNDCT. Por conta disso, há tendência de elevação do FNDCT, especialmente na parte não reembolsável.

✓ Foram verificadas três características principais na execução do FNDCT em relação aos recursos não reembolsáveis, em 2023: do total de R\$4,8 bilhões, 46% deles foram destinados ao fomento de empresas das áreas de defesa espacial e aeronáutica, sendo 82% dos recursos concentrados na Região Sudeste, principalmente em quatro grandes projetos; 25% foram direcionados para instituições de ciência e tecnologia (como universidades e centros de pesquisa), sendo 55% também na Região Sudeste; e 29% se destinaram ao financiamento de estratégias do MCTI e do CNPq definidas nos dez programas propostos pelo Ministério para a execução do FNDCT no ano.

✓ Dos R\$ 4,8 bilhões executados pelo Ministério em 2023, um terço – R\$ 1,6 bilhões – foi destinado ao CNPq.

✓ Está havendo uma reconcentração dos investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) a partir da execução dos recursos não reembolsáveis do FNDCT, nas regiões desenvolvidas. A antiga estratégia de aplicar 30% dos recursos em regiões menos desenvolvidas não é mais suficiente para mitigar as assimetrias regionais.

✓ O Conselho do FNDCT não corresponde mais ao tamanho e à representatividade do sistema nacional de CTI.

✓ A China, que ascendeu à condição de potência científica mundial nos últimos anos a partir do investimento em CTI, deve ser vista como exemplo.

✓ Em Alagoas, foram concedidas mil bolsas de iniciação científica para estudantes do ensino médio, com recurso do Tesouro estadual. Em avaliação posterior, realizada com 579 desses bolsistas, verificou-se que houve aumento no percentual de notas entre 8 e 9 e entre 9 e 10, o que mostra que, além de ajudar a despertar o interesse do estudante pela ciência, a iniciação científica ajuda também no seu desenvolvimento escolar.

### **Principais recomendações do convidado:**

✓ Reabertura da discussão sobre a reforma das bases e do modelo de financiamento da ciência brasileira.

✓ Necessidade de projeto de lei para modernizar e atualizar o Conselho do FNDCT.



## SENADO FEDERAL

✓ Aumento do orçamento para o MCTI, pois é preciso formar mais doutores no País e investir no ensino médio.

**Helena Bonciani Nader, presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC)**

### Principais tópicos abordados pela convidada:

✓ Há 40 anos, a China costumava enviar seus estudantes para fazerem graduação ou pós-graduação na Europa e nos Estados Unidos. Com as transformações mencionadas pelo Sr. Fábio Guedes Gomes, a China passou a ter cinco universidades entre as cem melhores do mundo. Atualmente, a China é o país com o maior número de *facilites* em estruturas de ciência. Um projeto de nação, o que considera que falta no Brasil.

✓ Lamentou que a Câmara dos Deputados tenha rejeitado a emenda do Senado ao PLP 93/2023 que excluía as despesas com educação, ciência e tecnologia do teto de gastos.

✓ Falta ao Congresso Nacional estabelecer uma visão do Estado brasileiro, como fizeram China, Alemanha, Coreia do Sul e Estados Unidos.

✓ O Congresso dos Estados Unidos aumentou os investimentos em ciência e tecnologia depois que um estudo sobre a China concluiu que o crescimento deste país se devia aos altos investimentos na área. No Brasil, ocorreu o contrário: cortes de recursos para o setor.

✓ O governo federal tem boas ideias e iniciativas, mas o FNDTC não é suficiente.

✓ Comemorou a presença da Universidade de São Paulo (USP) entre as cem melhores universidades do mundo, mas pontuou que isso ocorreu porque houve planejamento, a USP tem financiamento garantido.

### Principais recomendações da convidada:

✓ Isenção de taxação de doações para ciência e educação.

✓ Isenções concedidas às indústrias acompanhadas da contratação de mestres e doutores.

✓ Revisão da proposta do FNDTC, que atualmente não ultrapassa os 50%. O Conselho votou em 60%, para que o valor aumentasse paulatinamente até 75%, mas foi barrado devido ao limite estabelecido pela Lei Complementar 93/2023.

✓ Revisão da proposta de taxação de fundos patrimoniais destinados à ciência.



SENADO FEDERAL

**Tania Mara Francisco, diretora de desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Educação Superior (MEC)**

**Principais tópicos abordados pela convidada:**

✓ Educação, saúde e ciência e tecnologia, apesar de serem despesas discricionárias rígidas, não possuem uma liberação de limites diferenciada.

✓ O orçamento de partida para as universidades federais em 2024 foi equivalente ao de 2023, mas com os cortes que ocorreram ao longo das deliberações, houve diminuição de cerca de R\$242 milhões nesse valor. O Ministro Camilo Sobreira de Santana e a Andife buscaram recursos e recompuseram valores suprimidos durante o processo de tramitação do PLOA. Os recursos universitários foram realocados conforme os cortes realizados.

✓ Como, mesmo com a recomposição dos valores, os recursos continuaram insuficientes, foi feito trabalho de articulação com o Ministério do Planejamento e o Ministério da Fazenda, remanejando de outras áreas.

✓ Na data desta audiência, estavam aguardando a publicação de uma portaria da presidência aportando R\$279 milhões para universidades federais. Como não se trata de recomposição de corte, ele seria distribuído com base em indicadores de matriz.

✓ A Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) chegou a ter 100% do seu recurso de assistência estudantil cortado, tendo ficado sem a ação orçamentária na LOA. Foi preciso criar novamente a ação, por meio de um projeto de lei, para fazer o aporte dos recursos.

✓ A da PEC de transição foi de grande importância. A projeção orçamentária para 2023 era de R\$4,7 bilhões e, com a PEC, houve acréscimo de R\$1,3 bilhão. Atualmente, além desse acréscimo, há R\$5,5 bilhões no PAC.

✓ Relatório da CGU mostrou que o Brasil está numa posição favorável no que diz respeito à produção de ciência, mas muito ruim no que diz respeito à inovação e à criação de produtos e patentes. É preciso mudar essa lógica de exportar matérias-primas ao invés de produtos.

✓ Citou acordo de articulação técnica entre ministérios, cujo objetivo é associar a universidade com demandas da indústria, do governo e da produção da inovação. A ideia é criar um NIT Brasil, que faça o fortalecimento dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) na ponta, por meio de consultoria e suporte para questões técnicas.



## SENADO FEDERAL

✓ Algumas iniciativas são: ação Universidades Federais Sustentáveis; parcerias das fundações de apoio, do Sebrae, do FNDCT (através da Finep) da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii); e seminários com a empresa Brasil Júnior. A expectativa é envolver a iniciativa privada no empreendedorismo e vincular o pensar em ciência, tecnologia e inovação com a criação do produto junto à empresa.

✓ A aprovação recente de uma lei que fortalece o programa de assistência estudantil é importante para garantir a permanência de alunos vulneráveis no ensino superior. Apesar da dificuldade orçamentária, desde 2023 houve acréscimo nas ações de assistência. Com recurso previsto, talvez seja possível incluir todos os alunos quilombolas e indígenas na assistência estudantil.

### **Principais recomendações da convidada:**

✓ Ampliação de recursos principalmente para questões finalísticas – melhorias de laboratórios, por exemplo, e outros pontos referentes diretamente à pesquisa, graduação e extensão. Atualmente, entre 70% e 80% dos recursos recebidos pelas universidades são destinados aos contratos de funcionamento (como energia elétrica e contratos de terceirização).

**Olival Freire Junior, diretor científico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)**

### **Principais tópicos abordados pelo convidado:**

✓ A superposição existente entre a atividade científica e o sistema das universidades não é integral no Brasil. O CNPq foi criado em 1951, enquanto o Sistema Nacional de Pós-Graduação, por exemplo, foi institucionalizado apenas na segunda metade da década de 1960, a partir do Parecer Sucupira. Ademais, o CNPq financia também atividades sem correspondência direta com as universidades.

✓ A Iniciação Científica (iniciativa típica do Brasil voltada para alunos da graduação) e a Iniciação Científica Júnior (mais recente, voltada para alunos com desempenho excepcional na educação básica, inferido a partir da participação em Olimpíadas) mostram que há interação muito forte entre o fomento à atividade científica e tecnológica e a situação das universidades.

✓ Sobre as iniciativas recentes do CNPq, explicou que a primeira foi possível a partir da PEC da transição, que, no final de 2022, permitiu que o governo do presidente Lula começasse com um quadro orçamentário que concedeu certa flexibilidade ao Conselho, possibilitando que seu orçamento chegasse a R\$1,6 bilhão. A medida mais importante e urgente foi o reajuste das bolsas de pós-graduação da CAPES e do CNPq em



## SENADO FEDERAL

março de 2023, que estavam há mais de dez anos congeladas. Houve reajuste em todas as bolsas, tendo o maior percentual de reajuste – 200% – recaído sobre a bolsa de iniciação científica júnior.

✓ A PEC possibilitou ainda a concessão de mais mil bolsas de pós-graduação, 400 para mestrado e 600 para doutorado; a criação de 3 mil novas bolsas de iniciação científica, especialmente voltadas para bolsas de Pibic-Af, de ações afirmativas, direcionadas para jovens em situação de vulnerabilidade social; e a concepção de 500 novas bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ) e de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora (DT), as mais avançadas na produtividade de ciência, tecnologia e inovação. Atualmente, são cerca de 15 mil bolsas desse tipo.

✓ Desde o governo anterior, o CNPq e a Capes têm feito ajustes no sistema de distribuição de bolsas, na tentativa de superar assimetrias existentes. A partir dessa nova sistemática, o CNPq conseguiu contemplar 37 novas instituições. Contudo, esse reajuste teve como efeito colateral a redução do número de bolsas para alguns programas, problema que ambas as agências estão buscando mitigar em conjunto.

✓ Ao longo de 2024, foram renovadas 4 mil bolsas, e houve a alocação de R\$130 milhões para o chamado adicional de bancada para todos os pesquisadores PQ e DT, valor destinado a despesas correntes a cada mês, como viagem de emergência ou aquisição de um reagente de emergência. Apenas um terço dos pesquisadores, os de nível 1, tinham acesso a esse valor, que agora se estendeu a todos os bolsistas. Com isso, foi resolvida também a questão de dificuldade de transição dos pesquisadores do nível 2 (PQ2) para o nível 1 (PQ1), que travava nos comitês por um problema orçamentário, dado que um PQ1 custava o dobro de um PQ2.

✓ A fixação de jovens doutores nas instituições brasileiras, estatais e privadas é um desafio. São formados 24 mil jovens doutores por ano no País (número que caiu para 22 mil na pandemia), e a reposição da mão de obra das universidades e institutos consegue absorver 10 mil deles. Na busca de uma solução, neste ano, juntamente com a Capes, foram contratados 2 mil novos bolsistas de pós-doutorado, generalizando o Programa de Mestrado e Doutorado Acadêmico para Inovação (Programa MAI/DAI), que era um programa-piloto.

✓ Não é possível alcançar a missão do CNPq apenas com o quadro do atual orçamento do Conselho, pois, além de apoiar bolsas de pesquisa, é preciso fomentar a pesquisa. Nesse aspecto, a liberação do FNDCT permitiu a retomada do financiamento aos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs), acatando, além dos 58 projetos que tinham sido aprovados no final de 2022, mas que não tinham seu financiamento assegurado, 42 novos INCTs que tinham ficado em prioridade 2. Recursos do FNDTC também foram utilizados para recuperação emergencial de equipamentos e para ampliação dos programas de apoio à Amazônia.

✓ A cooperação com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) contribuiu para 1.060 bolsas neste ano.



## SENADO FEDERAL

✓ Serão lançados novos programas, entre os quais destacou o Programa Rhae, que permitirá alocação de força científica qualificada na indústria.

✓ É importante que haja diversidade e inclusão no mundo científico, pois, além de ser questão de reparação histórica, uma ciência mais diversa e mais inclusiva é uma melhor ciência. Nesse sentido, há várias iniciativas, como a chamada feita pelo CNPq, em colaboração com o Ministério da Igualdade Racial, que levou ao apoio a 69 pesquisadoras negras, indígenas e quilombolas para realizar doutorado sanduíche e pós-doutorado no exterior.

✓ O CNPq e a Capes são agências distintas e complementares, criadas no mesmo ano, 1951.

✓ Se o Brasil quiser ser uma nação soberana, não há alternativa: é preciso investir na produção de soluções científicas, tecnológicas e de inovação dentro do País.

**Antonio Gomes de Souza Filho, Diretor de Avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**

### **Principais tópicos abordados pelo convidado:**

✓ Não houve corte de bolsas, e sim mudanças no sistema de distribuição das bolsas. O número de bolsas de pós-graduação, de mestrado e de doutorado vem aumentando desde 2021. Em 2024, a Capes alcançou o número de 101 mil bolsas no sistema para financiar mestrados e doutorados; 104 mil, com as bolsas de pós-doutorado.

✓ O Sistema Nacional de Pós-Graduação envolve várias instituições de diversos setores da sociedade e responde por 90% da produção científica de todo o sistema. Trata-se de política de Estado robusta e resiliente, graças à avaliação e ao fomento continuados.

✓ No início, o Sistema Nacional de Pós-Graduação concentrava-se na Região Sudeste, principalmente em São Paulo. Atualmente, atinge cerca de 323 municípios, com quase 4,8 mil programas de pós-graduação.

✓ É importante considerar a dimensão e a diversidade do País na elaboração das políticas. As políticas de fomento para o desenvolvimento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, estabelecidas nos primeiros governos do presidente Lula, permitiram expansão de programas de pós-graduação com qualidade por todo o território brasileiro. Em 2000, Rio e São Paulo contribuíam com 56% da produção científica do Brasil; atualmente, a produção científica dos outros estados é de cerca de 60%.

✓ Dados até 2020 que mostram um crescimento do número de cursos de pós-graduação no País. Contudo, o sistema não está se ampliando com taxas tão aceleradas devido ao orçamento.



## SENADO FEDERAL

✓ O setor público responde por 85% dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, sendo 60% nas universidades federais e 25% nas estaduais.

✓ Estudo do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) mostra que a formação de recursos humanos qualificados é importante para a resiliência da capacidade de emprego e das taxas de crescimento do emprego formal de um país, mesmo em um cenário de não crescimento da economia. O Brasil tem médias abaixo das dos países da OCDE tanto no número de mestres, quanto no de doutores.

✓ Uma das estratégias atuais da Capes para formar mais mestres e doutores é expandir a oferta de pós-graduação por meio de parcerias institucionais, que podem envolver até mesmo instituições não acadêmicas.

✓ A pós-graduação brasileira não vive uma crise, como afirmam algumas notícias. Apesar das dificuldades, devido ao período vivido recentemente, o sistema teve um crescimento no número de matriculados e titulados até 2023, e, em 2023, a meta do PNE é de formar mais de 25 mil doutores pela primeira vez.

✓ A Capes atua em duas frentes: na pós-graduação *stricto sensu*, fomentando bolsas e alguns programas estratégicos; e na formação de professores para a educação básica.

✓ Histórico do orçamento da Capes mostra que, em 2023, a partir da PEC da transição, houve aumento de 50% no orçamento, que se repetiu em 2024.

✓ É importante o reajuste das bolsas, pois a formação de mestres e doutores passa necessariamente por estratégias que levem à percepção dos jovens de que a pós-graduação é atrativa. No entanto, é preciso um aumento ainda maior.

✓ O novo modelo de distribuição das bolsas (amplamente discutido, principalmente com as universidades, e implementado desde 2020) considera elementos como a nota do programa de pós-graduação (atribuída por meio de avaliação), o município onde o programa está, e seu tamanho, de forma a corrigir distorções do modelo anterior, que fazia com que programas mais antigos, às vezes com menor nota de avaliação, tivessem mais bolsas do que outros. Nos programas de excelência, o modelo permitiu redistribuir as bolsas não só entre instituições, mas também dentro da própria instituição. Entre esses, apenas 34% perderam bolsas, mas 61% ganharam. Atualmente, o modelo passa por aprimoramentos para corrigir pequenas distorções nos cursos de excelência, em parceria com o CNPq.

✓ A possibilidade de pagamento de mensalidade por parte dos alunos de alta renda das instituições federais de ensino superior não deveria nem ser objeto de discussão, pois a universidade pública brasileira talvez seja o único local onde todos os brasis se encontram. Foram feitos avanços nesse sentido com as políticas de cotas e de assistência estudantil. A autonomia universitária deve ser preservada e fortalecida em meio aos desafios financeiros.



## SENADO FEDERAL

### **Principais recomendações do convidado:**

- ✓ Ampliação do orçamento.
- ✓ Contribuição do Parlamento para desburocratizar a execução de ações orçamentárias que exigem celeridade e, assim, gerar inovação nos marcos regulatórios; e para classificar os investimentos em educação e em ciência como realmente prioritários.

**Claudia Xavier, vice-presidente do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (FOPROP)**

### **Principais tópicos abordados pela convidada:**

- ✓ O FOPROP congrega mais de 270 entidades e pró-reitores das cinco regiões do País e dos quatro segmentos: instituições privadas, comunitárias, federais e estaduais.
- ✓ As instituições federais de ensino vêm sofrendo, desde 2016, consecutivos cortes em seus recursos para gerenciamento. O orçamento atual não cobre as necessidades. Desde 2016, houve uma perda real que chega a mais de 50% para as universidades federais e quase 60% para os institutos federais, CEFETs e outras instituições.
- ✓ Em junho de 2024 foi anunciada suplementação de mais de R\$700 milhões, aquém da necessidade avaliada em cerca de R\$2,5 bilhões pelo Fórum de Planejamento e Administração.
- ✓ Desde 2016, o número de universidades tem aumentado, aliado à forte pressão por ações afirmativas, ampliação do número de alunos e assistência estudantil. Houve recomposição do orçamento em 2023, mas, em 2024, foi feito corte de recursos entre o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) e a LOA, chegando ao menor valor da década. Posteriormente, houve recomposição, que permitiu que se atingisse valor próximo do proposto inicialmente.
- ✓ Ressaltou a importância da inclusão das universidades no Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) do governo, com mais de R\$5,5 bilhões de investimentos para obras. Contudo, pontuou que esse valor não supre a necessidade de manutenção, pois o déficit é muito grande.
- ✓ A formação de alunos inovadores depende ainda de um parque de equipamentos atualizado e sob constante manutenção. Na pesquisa, é possível contar com o apoio da Finep, mas alunos da graduação podem nem ter contato com novas tecnologias.
- ✓ Há receio com relação à Ploa de 2025, se o valor proposto será ainda menor que o de 2024. Espera-se mobilização, pois diante do cenário atual, há universidades novíssimas ainda sem pessoal e com contratos de terceirizados, cujo valor muitas vezes não conseguem pagar.



## SENADO FEDERAL

✓ Muitos programas de pós-graduação avaliados na última quadrienal tiveram aumento do seu conceito, o que implica em maior custo de manutenção. Cerca de 20% dos programas profissionais não recebem nenhum tipo de fomento e acabam onerando as universidades onde estão instalados, que os ajudam com seus próprios recursos internos.

✓ Ainda existem assimetrias no sistema de pós-graduação. Os programas mais conceituados, que demandam mais recursos, estão localizados no Sudeste e no Sul. No Norte, há mais programas com nota 2 e 3, que necessitam de apoio para melhorarem o conceito. Ao mesmo tempo, com essa melhora, precisarão também de mais recursos para se manterem. Ademais, há assimetrias também com relação à raça e à etnia, tanto com relação aos alunos, quanto em relação aos professores: apenas 2,7% dos alunos da pós-graduação e 1,5% dos professores são pretos autodeclarados.

✓ No Brasil, há o fenômeno da formação tardia dos pós-graduados, pois 50% deles se formam com mais de 35 anos, diferentemente de outros países. Nesse sentido, há um movimento da Capes para acelerar a formação: um estudante que fez iniciação científica poder passar direto a um doutorado e o que tem uma boa dissertação pode ser promovido.

✓ Tem havido ampliação no número de alunos na titulação: são mais de 22 mil titulados no doutorado e é preciso orçamento que acompanhe esse crescimento.

✓ Importância da PEC da transição no aumento do orçamento da Capes, cujo impacto é observado pelos pró-reitores no crescimento do ingresso de alunos nos programas. No entanto, ainda é preciso complementação. O sistema de pós-graduação tem crescido, mas sem a contrapartida de mais recursos. Ademais, a Capes também concede bolsas e dá suporte também para alunos em faculdades particulares e comunitárias.

✓ Os recursos do CNPq foram insuficientes para abarcar todos os contemplados no edital universal.

✓ É importante que haja programas de atração e fixação dos pesquisadores, bem como de apoio a projetos em rede, com pesquisadores brasileiros no exterior, para atraí-los de volta para o Brasil.

✓ A criação da profissão de professor pesquisador talvez seja uma atrofia da carreira, dado que o professor faz muito mais do que pesquisa dentro de uma instituição de ensino superior.

### **Principais recomendações da convidada:**

- ✓ Investimento no parque de manutenção dos equipamentos.
- ✓ Financiamento mínimo permanente das universidades públicas federais.
- ✓ Aumento no orçamento que acompanhe o crescimento da titulação de estudantes.



## SENADO FEDERAL

- ✓ Restrição dos contingenciamentos e cortes no orçamento da Capes e alinhamento com a postura de outros países, que mantêm esse investimento, mesmo em cenário de crise.
- ✓ Criação de políticas indutoras, para que empresas de financiamento, Finep e BNDES absorvam o pessoal da academia, em trabalho conjunto com a universidade.
- ✓ Recomposição dos recursos orçamentários para as universidades aos patamares de 2017, com as correções e reestruturações necessárias. Além disso, recomposição salarial, reestruturação das carreiras, abertura de novas vagas para concurso – tanto para docentes quanto para técnicos administrativos em educação (TAEs) – e equiparação da relação entre o número de docentes e TAEs em todas as universidades.
- ✓ Expansão do orçamento tanto da Capes quanto do CNPq, inclusive para permitir o reajuste de bolsas no exterior, dado que há alunos que são categorizados como indigentes em outros países, pelo valor que recebem.
- ✓ Valorização do trabalho dos pós-graduandos, com destaque para o PL que pretende permitir que eles recolham recursos previdenciários e tenham seu trabalho reconhecido.
- ✓ Busca ativa pela inovação na pós-graduação, para aproximar cada vez mais esses pesquisadores dos diferentes setores da sociedade, incluindo indústrias, empresas e setor público.
- ✓ Investimento nos alunos revertidos no Brasil, permitindo que os impostos que fiquem no País e consolidando o crescimento brasileiro.
- ✓ Fomento à aproximação entre a universidade e a sociedade como um todo, como estratégia para reverter a desistência dos jovens brasileiros da carreira de professor e do ensino superior. Atrair os alunos desde a formação básica, comunicando o trabalho dos pesquisadores e professores universitários, e divulgar esse trabalho por meio de propaganda, para fortalecer o respeito à carreira do professor. Ademais, criar concursos e possibilidades desses profissionais mostrarem o que está sendo feito nas diferentes áreas.

**José Geraldo Ticianeli, Reitor da Universidade Federal de Roraima (UFRR)**

### **Principais tópicos abordados pelo convidado:**

- ✓ As universidades brasileiras tem papel no fortalecimento da política de Estado, por meio do tripé ensino, pesquisa e extensão, e na inclusão daqueles que não têm acesso à educação.
- ✓ Destacou a atuação das universidades durante a pandemia de Covid-19 e, recentemente, nas enchentes do Rio Grande do Sul.



## SENADO FEDERAL

✓ É importante a discussão da Ploa 2025 para as universidades federais. Afirmou que a Andifes defende que o cenário ideal para 2024 seria de R\$8,5 bilhões, considerando que, para 2017 (referência de ano em que a manutenção ainda era possível com o valor estabelecido), o orçamento dos IFEs somente com despesas discricionárias era de R\$7,5 bilhões. No entanto, com base na inflação acumulada do IPCA de janeiro de 2016 a janeiro de 2024, de 50,46%, o orçamento ideal para manutenção como uma política de Estado de educação brasileira (universidades e institutos federais), seria de R\$11 bilhões, o dobro do orçamento das despesas discricionárias da LOA de 2024.

✓ De acordo com o painel de execução orçamentária da Andifes, até a data da audiência, as universidades já tinham empenhado, em média, entre 65% e 70% do orçamento. Sendo assim, é previsto que, em setembro ou outubro de 2024, seja preciso realizar cortes em algumas ações ou revisar o planejamento para diminuir custos.

✓ A matriz orçamentária é composta por uma série de outras matrizes. Entre elas, destacou a Matriz OCC, base do processo, que se estrutura em dois percentuais: 90% em cálculo de aluno-equivalente de graduação presencial, de residências, de cursos de mestrado e doutorado; e 10% em eficiência e qualidade acadêmica e científica. Contudo, não há fator de taxa de aluno-equivalência para o “custo-existência”, um combo de gastos que as instituições precisam manter (água, esgoto, iluminação, vigilância, tributos, encargos). Ademais, as universidades se expandiram, estão mais estruturadas e as demandas por terceirizados aumentaram. Os contratos foram reajustados, mas os índices inflacionários não estão sendo considerados na estruturação das matrizes orçamentárias. Algumas universidades assumiram patrimônios históricos, sociais, culturais, mas também não há fator de taxa aluno-equivalência para sua manutenção. Isso impacta na taxa de evasão estudantil.

✓ Conforme dados do Censo da Educação Superior brasileira, apenas 25% dos jovens de 18 a 24 anos estão matriculados nas instituições de ensino superior. Esses números precisam ser discutidos como política de Estado, considerando que se os orçamentos são pautados em taxa aluno-equivalente, fatores como ingressante, retenção, evasão e taxa de sucesso para manter infraestrutura e funcionamento, precisam estar vinculados à essa taxa.

✓ O diploma universitário é a única forma, total ou parcial, da transformação social, econômica e profissional de jovens estudantes de famílias de baixa renda.

✓ A Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) precisa ser tratada com responsabilidade, pois os jovens não estão conseguindo se manter – dentro ou fora das instituições. Quando isso ocorre, se a geração posterior não tiver a perspectiva do ensino superior, acaba nem buscando o ensino médio. Assim, não é possível falar de autonomia e investimento sem tratar do cerne do problema.

### **Principais recomendações do convidado:**



## SENADO FEDERAL

✓ Estabelecimento de uma nova base orçamentária, já na discussão do Ploa 2025, de forma a vincular custos de manutenção à taxa aluno-equivalente sobre a qual se pauta o orçamento das IFEs.